

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
FACULDADE DE TECNOLOGIA DE BOTUCATU
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

MÁRIO APARECIDO DE MORAES LEME

**DOZE PASSOS PARA MUDANÇA COMPORTAMENTAL DO PRODUTOR
RURAL ENQUADRADO COMO AGRICULTOR FAMILIAR**

Botucatu - SP
Dezembro - 2012

**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA
FACULDADE DE TECNOLOGIA DE BOTUCATU
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO**

MÁRIO APARECIDO DE MORAES LEME

**DOZE PASSOS PARA MUDANÇA COMPORTAMENTAL DO PRODUTOR
RURAL ENQUADRADO COMO AGRICULTOR FAMILIAR**

Orientador: Prof. Ms. Antonio Aparecido Mendes Junior

Coorientador: Prof.Dr. Marcelo Leonardo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
FATEC - Faculdade de Tecnologia de
Botucatu, para obtenção do título de
Tecnólogo no Curso Superior de Agronegócio.

Botucatu – SP
Dezembro- 2012

Dedico este trabalho à minha esposa, Carmeliana Navarro de Menezes, bacharel em história de formação e funcionária pública, que tem despertado o que tenho de melhor, com quem tenho vivido momentos maravilhosos, que nem nos meus melhores sonhos pude conceber, e que graças a sua abnegada bondade vem possibilitando acontecimentos formidáveis em minha vida. Obrigado, minha querida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por permitir que eu vivesse uma segunda vida nesta mesma vida.

Aos meus filhos, Afonso Navarro de Moraes Leme e Isabela Navarro de Moraes Leme, que mesmo sendo pequeninos na idade cronológica, são fonte de grande amor e espiritualidade, renovando sempre minhas energias para o bem e o amor, ao meu pai Alfonso de Moraes Leme, que já não está mais entre nós, a quem sou eternamente grato pelo seu legado de honestidade, trabalho e responsabilidade onde procuro me espelhar, minha mãe Maria Cleide Lemes, minha referência de altruísmo, ao meu irmão Dorival de Moraes Leme, meu segundo pai, que também já não está entre nós, a quem sou grato pela paciência, carinho, amor incondicional que dedicou a mim e as coisas boas da vida que me ensinou. São pessoas que amo, me orgulho em dizer que é minha família.

A minha querida amiga, Alaíde Espinhel de Jesus que contribuiu para que minha segunda vida tenha equilíbrio e liberdade, tendo sempre uma palavra de conforto, amor, incentivo e carinho.

Ao meu orientador, Mestre Antonio Aparecido Mendes Júnior, a quem nutro um especial carinho, pelo acolhimento, tolerância, paciência e bom humor com que conduz sua profissão, possibilitando-me conseguir substituir o medo pela responsabilidade durante o processo de construção deste trabalho.

Ao meu coorientador, Doutor Marcelo Leonardo, que promoveu meus primeiros passos na construção deste trabalho e sugestões importantes para seu desenvolvimento.

Ao Coordenador do Curso de Agronegócio, Dr. Osmar Delmanto Júnior, pela sua responsabilidade profissional e postura gentil.

Sou muito grato também aos demais professores do curso que tanto contribuíram em meu aprendizado e para a realização deste trabalho.

Agradeço aos meus colegas e amigos de minha turma do curso, pelo companheirismo e pelos ricos debates que realizamos nesses anos todos.

RESUMO

Frente ao crescimento acentuado da população mundial, a agropecuária assume cada vez mais importante papel no processo de desenvolvimento, exigindo, por outro lado, processos mais eficientes na produção de alimentos e matérias primas. Nesse sentido, tornou-se uma realidade a utilização de práticas de produção mais eficientes principalmente relacionadas à agricultura familiar. O presente trabalho terá como objetivo criar um guia prático, com linguagem simples, contendo doze passos, que se assimilados e aplicados no dia a dia do produtor, representará um controle efetivo da propriedade, com possibilidade de remunerar de forma adequada o capital do produtor e que lhe favoreça qualidade de vida. Foram determinados alguns problemas vividos pelo agricultor familiar no agronegócio, e ações que visam diminuir os custos de produção, através da melhoria do gerenciamento produtivo, adoção de boas práticas de manejo, busca de informações técnicas e elaboração de um processo através de doze passos para o início da implementação de uma nova maneira comportamental, atingindo a qualidade de serviços e produtos desejados. Os métodos utilizados para análise econômica do investimento variam desde a simples sensibilidade do responsável pela tomada de decisão até a utilização de modelos matemáticos. Conclui-se que utilizando os doze passos, os produtores terão acesso as melhores técnicas, métodos de redução de custos e geração de lucro dentro do cenário atual vivenciado por eles, bem como, o início da mudança de comportamento do agricultor familiar gerando a valorização de sua (Marca) no mercado, melhor qualidade de vida na propriedade e remuneração da sua propriedade.

PALAVRAS CHAVE: Agricultura familiar. Doze passos. Redução de Custos.

TABELAS

Tabela 1- Fazenda Boa Esperança/MS - Custo de Produção em 2011	25
Tabela 2 - Payback - simples	29
Tabela 3- Custos de Produção.....	31
Tabela 4-Resultado da Análise.....	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

BPA – Boas Práticas Agropecuárias

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral do Estado de São Paulo

CNA - Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil

CEPEA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CPR – Doação - Cédula de Produto Rural

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FINAME - Agência Especial de Financiamento Industrial

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada

IEA - Instituto de Economia Agrícola

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MS – Mato Grosso do Sul

OCDE - Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar

PIB – Produto Interno Bruto

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNDTR – Programa Nacional de Documentação do Trabalhador Rural

PROAGRO – Programa de Apoio a Agricultura

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PSI - Programa de Sustentação de Investimento

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SFA – Superintendência Federal da Agricultura

TIR – Taxa Interna de Retorno

TMAR – Taxa Mínima de Atratividade

VAE – Valor Anual Equivalente

VPL – Valor Presente Líquido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Objetivo	13
1.2 Justificativa e Relevância do tema	13
2 REVISÃO DE LITERATURA	14
3 MATERIAL E MÉTODOS	28
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	31
5 CONCLUSÃO	36
REFERÊNCIAS	37

1INTRODUÇÃO

A análise econômica da bovinocultura de corte é importante, pois o produtor passa a conhecer os fatores de produção (terra, trabalho e capital). A partir de estudos dessa natureza, identificam-se os pontos de estrangulamento, que permitem concentrar esforços gerenciais e tecnológicos para obter-se sucesso na atividade e atingir os objetivos de minimização de custos e maximização de lucros (LOPES; CARVALHO, 2002).

Diferentes tecnologias têm muita importância no cenário da bovinocultura de corte, porém só apresentam rentabilidade quando a propriedade tiver um manejo adequado de alimentação e sanidade do rebanho. Tecnologia e gestão precisam andar juntas para que a propriedade tenha sucesso, pois um fator depende do outro. O uso das tecnologias tem que ser gradativo e coerente com os objetivos de produção, com coletas precisas dos dados para gerar as informações necessárias, buscando o aprendizado mútuo e contínuo de todos no sistema (BARBOSA, 2006).

Concorda-se com o autor, e que não só na bovinocultura como no agronegócio como um todo, o uso de tecnologias coerentes com os objetivos e planejamento da produção, pois, a tecnologia adequada é aquela que atenda as necessidades do usuário e relação benefício/custo e salienta-se a precisão na coleta de dados, pois esses dados serão responsáveis por informação precisas que são fundamentais na tomada de decisão e melhoram a capacidade de competitividade do produtor.

A chamada agricultura familiar constituída por pequenos e médios produtores representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% no Nordeste (PORTUGAL, 2004).

O segmento detém 20% das terras e responde por 30% da produção global. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro como o feijão, arroz, milho, hortaliças, mandioca e pequenos animais chegam a ser responsável por 60% da produção. Em geral, são agricultores com baixo nível de escolaridade e diversificam os produtos cultivados para diluir custos, aumentar a renda e aproveitar as oportunidades de oferta ambiental e disponibilidade de mão-de-obra (PORTUGAL, 2004).

Na legislação brasileira, a definição de propriedade familiar está consignada no Inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 2004, com a seguinte redação: 'propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros'. Na definição da área máxima, a lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena propriedade os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais (um módulo fiscal no município de Botucatu, Estado de São Paulo, corresponde a vinte hectares) e, como média propriedade, aqueles entre 4 e 15 módulos fiscais (INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA, 2005).

Embora todos os agricultores, sem exceções, sempre produzem alguma forma de conhecimento, nem sempre eles se tornam em típicos agricultores experimentadores (CANUTO, 2007).

Conforme Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, com vigência de 2010 a 2013, elaborado pela Prefeitura Municipal de Pardinho, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Escritório de Desenvolvimento Rural de Botucatu, Casa da Agricultura de Pardinho, Período de vigência: 2010 a 2013, as principais dificuldades da cadeia produtiva da bovinocultura de corte na região são: a falta de recursos para reforma de pastagens e aquisição de rebanhos com qualidade, dificuldade de acesso ao crédito, ausência de mecanismos de controle sanitário, fiscalização de abates clandestinos de animais, alto custo de produção por confinamento. Conforme a COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CATI, 2010), as causas são:

- Instabilidade e baixo preço da produção ocasionando a contínua descapitalização do produtor e a falta de políticas pública apoiando essas ações, a burocracia;

- A falta de informação sobre as diferentes linhas de crédito e a restrição ao enquadramento dos produtores no programa;
- A falta de interesse e/ou desmotivação do produtor, falta de informação e falta de higiene;
- Faltam de fiscalização, conscientização e descapitalização do produtor;
- O alto custo dos insumos e dificuldade de estruturação da propriedade ao sistema de produção em confinamento.

Os efeitos dessa série de problemas supracitados geram efeitos como:

- Pastagem degradada e baixa qualidade de rebanho;
- Falta de investimento em novas tecnologias, aquisição de rebanhos com qualidade e sucateamento dos equipamentos e implementos;
- Os altos índices de problemas sanitários nos animais acarretando aumento do custo de produção e dificuldade no descarte de animais doentes, risco a saúde pública e conseqüentemente, a diminuição da produtividade da atividade e lucratividade do produtor (CATI, 2010).

Salienta-se que os problemas encontrados não se restringem a bovinocultura, abrangem toda cadeia produtiva do agronegócio.

Ao adotar as Boas Práticas Agropecuárias – Bovinos de Corte, o produtor rural poderá identificar e controlar os diversos fatores, que influenciam, segundo a EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA), a produção, contribuindo para o aumento do desfrute do rebanho e na redução das perdas. Isso resulta em sistemas de produção mais competitivos, mediante a consolidação do mercado interno e a ampliação das possibilidades de conquista de novos mercados que valoriza carne o couro de alta qualidade (EMBRAPA, 2012).

As Boas práticas Agropecuárias – Bovinos de Corte, é uma ferramenta de gestão, que quando aplicada corretamente, resultará na redução dos custos de produção e no aumento da rentabilidade. Além disso, a garantia do fornecimento de alimentos seguros, provenientes de sistemas de produção sustentáveis, poderá facilitar o acesso aos mercados mais exigente, tanto nacional como internacional (EMBRAPA, 2012).

1.1 Objetivo

Esse trabalho tem como objetivos conscientizar os produtores rurais sobre a necessidade de disponibilizar, para o mercado consumidor, alimentos com atributos de qualidade de interesse do consumidor e com preços acessíveis e a identificação e controle dos diversos fatores que influenciam o processo produtivo, tornando-o mais rentável e competitivo.

Demonstrar a viabilidade econômica da atividade agropecuária através do sistema de produção a pasto na bovinocultura de corte.

Visa criar um guia prático e com linguagem simples, contendo doze passos, que se assimilados e aplicados no dia a dia do produtor, representará um controle efetivo da propriedade, com possibilidade de remunerar de forma adequada o capital do produtor e que lhe favoreça qualidade de vida.

1.2 Justificativa e Relevância do tema

Um dos principais entraves ao desenvolvimento da cadeia produtiva do agronegócio, principalmente na agricultura familiar, se deve a falta de informação dos produtores sobre linhas de crédito no sistema financeiro nacional e como acessar esse crédito sem comprometer seu patrimônio, e que a geração de lucro é consequência de ações e que o empreendedor moderno deve conhecer.

É relevante analisar e possivelmente provar que, estabelecendo a formalização de um planejamento estratégico efetivo, mudanças de comportamento no ambiente da propriedade, o gestor terá ferramentas adequadas na tomada de decisão, estabelecendo metas atingíveis, um plano de investimento ou custeio, mesmo tomando crédito de terceiros, quando adotadas as boas práticas de produção podem gerar lucro, e conseqüentemente melhor qualidade de vida e a remuneração adequada do capital.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A agropecuária brasileira deve faturar 5,3% a mais neste ano do que em 2011, estima a Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA). A entidade projeta o valor bruto da produção (VBP) do setor com base na previsão de produção de grãos e fibras na safra 2011 e 2012 e nos preços médios dos produtos no mercado. Agricultura empresarial e familiar contrata R\$ 77,7 bilhões em oito meses. De acordo com a entidade, a expansão será liderada pela pecuária, que deve encerrar o ano com faturamento 11,2% maior do que em 2011. Segundo a CNA, o aumento da demanda externa e o encarecimento do preço da arroba nos Estados Unidos abrem caminho para o Brasil ampliar a participação no mercado mundial de carne bovina. A agricultura, no entanto, deverá crescer em ritmo menor (CNA, 2012).

A CNA projeta expansão de apenas 1,5%, ocasionada pela dificuldade de recuperação da economia mundial, que se reflete em menores preços das commodities agrícolas, alimentos com cotação no mercado internacional. A CNA também divulgou dados sobre a balança comercial do agronegócio em março. No mês passado, o País exportou US\$ 6,2 bilhões a mais do que importou em alimentos e produtos ligados à cadeia produtiva do setor. O resultado representa aumento de 4% em relação ao mesmo período de 2011. No mês passado, o valor das exportações de soja e derivados cresceu 31,2%. Apesar da queda de 3,6% em março, a quantidade vendida aumentou 36% na comparação com o mesmo mês de 2011 (CNA, 2012).

O principal destino dos embarques foi a China, com 3 milhões de toneladas, o que representa 55% do total exportado pelo Brasil. Impulsionados pela compra de arroz, cuja safra interna foi afetada pela seca no Sul, os gastos com as importações do agronegócio somaram US\$ 1,5 bilhão em março e subiram 6,8% em relação ao mesmo mês do ano passado (CNA, 2012).

O agronegócio brasileiro vai registrar expansão acima da média em 2011. A estimativa é da Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA), que atribui aos altos preços das commodities, à forte demanda interna e externa e à redução dos custos de produção a projeção de um avanço mais acelerado no campo neste ano. Com isso, o faturamento dos 25 produtos agropecuários vai crescer 3,65% e atingirá 261 bilhões de reais no período. “Os estoques de grãos estão em baixos níveis, e o consumo deve continuar aquecido. O Brasil, maior produtor de alimentos do mundo, será favorecido nessa conjuntura”, diz a senadora Kátia Abreu, presidente da CNA (FRANCO, 2011).

Outro aspecto positivo para o setor apontado pela CNA foi à queda dos custos de produção ao longo de 2010. No período, o gasto médio por hectare foi de 936 reais, em comparação com os 1.160 reais gastos em 2009. “Esse cenário compõe um quadro de rentabilidade para o agricultor brasileiro”, avalia André Pessoa, diretor da Agroconsult, empresa de consultoria agrícola (FRANCO, 2011).

Para Roberto Rodrigues, ex-ministro da agricultura e coordenador do Centro de Agronegócio da Faculdade Getúlio Vargas (GV-Agro), 2011 será um ano emblemático para a agricultura e o Brasil não será somente favorecido pela conjuntura internacional. Rodrigues afirma que o país será o protagonista do aumento da produção de alimentos no mundo. “Teremos um novo governo e a oportunidade de grandes revisões do processo produtivo no momento em que nos foi imposto o desafio de crescer acima da taxa mundial”, afirma o ex-ministro (FRANCO, 2011).

Rodrigues se refere a um levantamento realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que aponta que a produção de alimentos terá de crescer 20% nos próximos dez anos a fim de atender à demanda mundial.

Nesse panorama, a União Europeia vai contribuir com um aumento de 4%; a Austrália com 7%; os Estados Unidos e o Canadá com 15%; a Rússia e a China com 26%; e o Brasil com 40%. “Teremos de avançar o dobro do crescimento mundial, e isso implica numa expectativa muito grande sobre nossa produção, em função da disponibilidade de terras e de nossa competitividade”, diz Rodrigues (FRANCO, 2011).

O Diário Oficial da União publica hoje (20) circular do Banco Central (BACEN) que amplia incentivos ao crédito rural. Pela medida, os bancos poderão abater do depósito compulsório à vista operações de financiamento ao setor, incluindo a pecuária. Os empréstimos ao setor rural podem ser descontados do percentual de 5% que bancos estão obrigados a recolher ao BACEN. De acordo com a autoridade monetária, a medida poderá liberar até R\$ 3 bilhões em financiamentos para a agricultura e pecuária (AGÊNCIA BRASIL, 2012).

Considerando-se que os bancos são obrigados a depositar 30% dos depósitos a vista junto ao Banco Central, e é exigência do BACEN que haja utilização de recursos obrigatórios aplicados no crédito rural, trata-se de um ótimo incentivo à produção.

O prazo máximo das operações também foi ampliado de 30 de junho para 30 de setembro de 2012 e agora inclui o setor pecuário e todas as safras, segundo o BC. Anteriormente, a medida só atingia recursos liberados para a safra do Nordeste, a safra de inverno e a safrinha. A decisão do BACEN altera a Circular nº 3.573, de 23 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a dedução de valor vinculado a financiamentos de crédito rural de custeio agrícola para fins de cumprimento da exigibilidade de recolhimento compulsório sobre recursos à vista. (AGÊNCIA BRASIL, 2012).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma das ações Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) - Fome Zero e promove o acesso a alimentos às populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (MDA, 2012).

O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos. O Programa propicia a aquisição de alimentos de agricultores familiares, com dispensa de licitação, a preços compatíveis aos praticados nos mercados regionais (MDA, 2012).

Os produtos são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial; Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos e para famílias em situação de vulnerabilidade social (MDA, 2012).

Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos. Instituído pelo artigo 19 da Lei 10.696/2003, Grupo Gestor, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e composto por mais cinco Ministérios: Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério da Fazenda (MDA, 2012).

A modalidade Compra com Doação Simultânea do PAA promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação dessa produção, visando o atendimento direto às demandas de alimentação ou de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais e o desenvolvimento da economia local. Os produtos adquiridos da agricultura familiar abastecem os equipamentos públicos de alimentação e nutrição e também as ações de acesso à alimentação empreendida por entidades da rede socioassistencial local. A modalidade é desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com governos de estados e municípios e com a Companhia Nacional de Abastecimento. A modalidade permite a aquisição de alimentos in natura, processados e industrializados enriquecendo os cardápios dos beneficiários consumidores (MDA, 2012).

O fornecimento de produtos orgânicos é privilegiado, sendo possível inclusive o pagamento de valores diferenciados para esse tipo de alimento (até 30% a mais do que o valor pago para o alimento convencional). Em parceria com governos estaduais e municipais o agricultor familiar comercializa diretamente alimentos de acordo com padrões de qualidade que são determinados pelos órgãos e entidades competentes, podendo participar com entrega de alimentos até o final da vigência da parceria estabelecida, em um limite de R\$ 4,5 mil por ano. Em parceria com a Conab a organização de agricultores encaminha uma proposta de participação ao Programa informando os agricultores familiares envolvidos, os alimentos a serem adquiridos e as respectivas quantidades, as entidades que serão contempladas e a periodicidade de entrega dos alimentos (MDA, 2012).

Aprovada a proposta de participação, a organização emite uma Cédula de Produto Rural (CPR-Doação) e passa a fornecer alimentos às entidades conforme definido na proposta (MDA, 2012).

Após a confirmação da entrega dos produtos, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) disponibiliza os recursos pactuados na conta da organização que realiza o pagamento aos agricultores até o limite de R\$ 4,5 mil por participante/ano (MDA, 2012).

O acordo tem prazo de duração predefinido, e durante esse período a Conab fiscaliza todas as fases da operação (MDA, 2012).

Os preços dos produtos são definidos pela Conab, conforme, Resolução do Grupo gestor do PAA. Nas parcerias com governos estaduais e municipais, os alimentos são entregues na Central de Distribuição da região, que irá destiná-los à Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, composta por Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos. Também são entregues à rede socioassistencial, preferencialmente, indicada pelos Centros de Referência de Assistência Social (Cras). Na parceria com a Conab as organizações de agricultores entregam os produtos diretamente às entidades da rede socioassistencial. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), como instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na área da alimentação e nutrição, acompanha e propõe diretrizes para as ações do PAA (MDA, 2012).

Conforme Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, com vigência de 2010 a 2013, elaborado pela Prefeitura Municipal de Pardinho, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Escritório de Desenvolvimento Rural de Botucatu, Casa da Agricultura de Pardinho, Período de vigência: 2010 a 2013 propõem as seguintes ações:

- Apoio à divulgação e liberação de recursos públicos destinados a aquisição de novos animais e a recuperação das pastagens;
- Disponibilizarem um maior acesso as informações sobre crédito rural e um maior entrosamento entre CATI e agentes financeiros;
- Realização de palestras de conscientização sobre o problema, adoção de ferramentas de controle dos índices zootécnicos;
- O monitoramento da sanidade de rebanhos;
- Realização de palestras e maior eficiência de fiscalização;
- Realização de palestras técnicas e disponibilização de informações sobre crédito rural ao produtor.

Nota-se que os procedimentos supracitados promoveriam o fortalecimento e capacitação de produtores da agricultura familiar na atividade de pecuária de corte através do acompanhamento, gerenciamento e diagnóstico das dificuldades encontradas por esses produtores, e a consequência seria a normatização dos trabalhos a serem executados (CATI, 2010).

Conforme Plano Safra da Agricultura Familiar 2012/2013 do Ministério do Desenvolvimento Agrário, qualifica e articula os instrumentos construídos e conquistados nos últimos anos por esse importante setor produtivo do país. As medidas foram elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário com foco em dois grandes objetivos: a organização econômica e a sustentabilidade (MDA, 2012).

A existência de um conjunto de políticas públicas simultâneas e permanentes contribui para a estabilidade econômica e social do país e permite definir um novo lugar do meio rural no desenvolvimento nacional. Desta forma o governo federal, por meio MDA segue fortalecendo a agricultura familiar, este importante agente de desenvolvimento (MDA, 2012).

As medidas para esta safra da agricultura familiar pretendem estimular o crescimento da economia do país com estabilidade, aumento da produção e sustentabilidade. O objetivo é aumentar a renda no campo, olhando para a agricultura familiar como modelo estratégico de produção para o desenvolvimento do país (MDA, 2012).

Para isso, o Plano Safra 2012/2013 vai aperfeiçoar as políticas para melhorar a convivência com as adversidades climáticas e incentivar práticas sustentáveis. O plano promove e valoriza a transição dos sistemas produtivos por meio de boas práticas ambientais e estimula novas cadeias produtivas com base em produtos sustentáveis e saudáveis, com foco nas oportunidades geradas pelos mercados interno e externo (MDA, 2012).

As estratégias para incorporar à produção práticas sustentáveis para geração de renda e acesso a mercados incluem a ampliação da capacidade de investimento, por meio de acesso a créditos, proteção e melhoria da renda e incremento da produtividade com articulação de políticas públicas com Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) (MDA, 2012).

A organização econômica dos empreendimentos familiares é prioridade com foco na qualificação da agricultura familiar para o mercado, inclusive com políticas públicas direcionadas à juventude rural (MDA, 2012).

Nesta safra, algumas medidas atendem especificamente aos agricultores de menor renda. O limite de enquadramento para o Grupo B do Pronaf cresceu com ampliação da renda bruta anual do agricultor de R\$ 6 mil para R\$ 10 mil (MDA, 2012).

A partir de agora os agricultores do Grupo B também podem contratar financiamento de custeio e ter acesso ao Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF). Outra mudança é a extensão da metodologia do Microcrédito Produtivo Orientado para operações do Pronaf de até R\$ 15 mil (MDA, 2012).

Ampliação do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae): o limite de compras da agricultura familiar para a alimentação escolar foi ampliado de R\$ 9 mil para R\$ 20 mil por agricultor, ao ano. PAA Compra Institucional = novos mercados Esta nova modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos permite que órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal comprem da agricultura familiar com seus próprios recursos, usando as regras do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Isso significa mais mercado e mais renda para a agricultura familiar (MDA, 2012).

O Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) passa a cobrir até R\$ 7 mil da renda. Além de assegurar a quitação da operação de crédito contratada em caso de adversidades climáticas, o seguro vai garantir que o agricultor possa ter condições de chegar à próxima oportunidade de plantio. Essa medida permite assegurar o valor total de R\$ 5 bilhões. Outra ação reforçada é o Garantia-Safra, que cobre perdas de safras de milho, arroz, feijão, mandioca e algodão causados por estiagem ou enchentes no Semiárido (região Nordeste, norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e municípios do Espírito Santo). O valor do benefício vai ser ampliado a partir de 2013 com possibilidade de expansão para outras regiões do país. O orçamento da União para o Garantia-Safra será de R\$ 411,8 bilhões (MDA, 2012).

São enquadradas no SEAF:

As culturas indicadas no zoneamento agrícola: Abacaxi, Açaí, Algodão, Ameixa, Amendoim, Arroz, Banana, Cacau, Café Arábica, Café Robusta, Caju, Cana-de-Açúcar, Canola, Cevada, Laranja, Lima, Limão, Pomelo, Tangerina, Toranja, Coco, Dendê, Feijão, Feijão Caupi, Gergelim, Girassol, Maçã, Mamão, Mamona, Mandioca, Manga, Maracujá, Melancia, Milheto, Milho, Nectarina, Palma, Pêra, Pêssego, Pimenta-Do-Reino, Pupunha, Soja, Sorgo, Trigo, Uva Americana E Uva Européia (MDA, 2012).

- As culturas excepcionalizadas: banana, mamona, mandioca e uva, nos estados onde ainda não estão zoneadas.

- As culturas consorciadas: desde que a cultura principal tenha indicativo no zoneamento agrícola.

- Todas as culturas irrigadas.

* No caso de culturas não cobertas, o agricultor pode optar pelo Programa de Apoio a Agricultura (Proagro) - Tradicional, pagando 2% de adicional.

- Adicional (prêmio): 2% do valor segurado descontado no financiamento.

- Valor segurado: igual ao valor financiado mais parcela de 65% da receita líquida esperada, limitada a R\$ 3.500,00 por agricultor/ano.

- Adesão: é automática no crédito de custeio agrícola do Pronaf (opcional para agricultores familiares com renda bruta anual superior a R\$ 110.000,00 que já tinham contrato com renovação automática).

- Croqui: no ato da contratação do crédito, o agricultor deverá apresentar um mapa com croqui situando a propriedade e a área onde será plantada a lavoura, especificando linhas de contorno, pontos de referência e vizinhança.

- Cultivares crioulas: agricultores que utilizam sementes de cultivares tradicionais, locais ou crioulas podem ter cobertura do seguro, desde que seja cultivar cadastrada no MDA por entidade habilitada.

- Análise de solo: para operações com valor enquadrado acima de R\$ 8.000,00 é obrigatória à apresentação de análise química e física de solo ao banco, com dois e 10 anos de validade, respectivamente (MDA, 2012).

O Plano 2012/2013 também estende a garantia de custo da produção no Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF) para produtos da cesta básica e da sociobiodiversidade. A partir desta safra, o PGPAF também garante mais 10% de cobertura de renda. E o limite do desconto continua R\$ 7 mil nas operações de custeio e investimento (por agricultor/ano). Nesta safra, o governo federal oferece R\$ 90 milhões para o PGPAF que garante proteção contra a queda de preços de 46 produtos a todos os agricultores familiares que realizam financiamentos de custeio e/ou investimento no Pronaf (MDA, 2012).

Se, no momento de pagamento dos financiamentos, o valor de mercado dos produtos financiados ficar abaixo do custo de produção, esta diferença é concedido na forma de desconto para o agricultor (MDA, 2012).

Neste ano safra 480 mil famílias serão atendidas com serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural voltada à melhoria da produtividade, à promoção de práticas sustentáveis, a inclusão produtiva e o acesso a políticas públicas. Além disso, uma parceria entre o MDA e o Ministério da Educação vai viabilizar, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), a formação e qualificação profissional em produção, gestão, comercialização e práticas sustentáveis para agricultores familiares, agentes de Ater e jovens agricultores (MDA, 2012).

Estimular e viabilizar a permanência do jovem no meio rural é também função das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Por isso, neste ano safra estão sendo ampliadas as oportunidades para a juventude rural: serviços de Ater específica para 10 mil jovens rurais; Ater articulada ao Pronaf para 5 mil jovens na Região Nordeste; qualificação profissional para jovens rurais (PRONATEC); ampliação do Pronaf Jovem de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil (MDA, 2012).

Inclusão Produtiva Rural: R\$ 405,5 milhões para o Plano Brasil Sem Miséria, sendo R\$ 324,5 milhões em recursos do MDA/INCRA e R\$ 81 milhões em recursos do MDS (MDA, 2012).

Antecipação para 2012, da meta prevista para 2014, de 203 mil agricultores familiares, com serviços de Ater para 167,5 mil famílias agricultoras no âmbito do PBSM ainda em 2012. R\$ 2,4 mil em recursos não reembolsáveis para 98 mil famílias agricultoras implementarem projetos produtivos; sementes certificadas pela Embrapa para 36,7 mil famílias agricultoras do Semiárido; acesso de 141 mil agricultores ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); · emissão de 175 mil documentos civis em Mutirões de Documentação do Programa Nacional de Documentação do Trabalhadora Rural (PNDTR) (MDA, 2012).

Acredita-se que o grande entrave para o produtor familiar é o acesso às informações, pois, as maiorias delas não chegam ao destino e o grande desafio é descobrir onde está sendo interrompida a comunicação.

Segundo Aguiar (2008) a agricultura familiar no Brasil apresenta diversidades e diferenciações regionais, o que tornam importantes os estudos e análises de áreas específicas, para a compreensão da organização e reprodução desse segmento.

A modernização da agricultura brasileira deu-se de forma conservadora e excludente, uma vez que legitimou a agricultura empresarial moderna, favorecendo o aumento dos problemas sociais, econômicos e territoriais dos agricultores familiares (AGUIAR, 2008).

Que bem orientados contribuem para melhor gestão de custos e desenvolver a **função social** do imóvel rural.

Segundo a Lei 8.629 de 25 de Fevereiro de 1993, dispõe no seu Artigo 9º, a **função social da terra** é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

A agricultura familiar terá um papel primordial na “crise dos alimentos” que vem sendo abordado por todo o mundo, segundo o pesquisador da Embrapa Sede, de Brasília-DF, Marcelo Gastal, mestre em Sociologia e doutor em Desenvolvimento Sustentável (AGUIAR, 2008).

Segundo Carlito Eckert, diretor comercial da Massey Ferguson, o momento do agronegócio brasileiro é favorável. Com o alinhamento positivo das variáveis climáticas, da renda do produtor e da oferta de crédito trata-se de um bom ensejo para crescer. Ampliar a produtividade, aumentar a área plantada ou investir em infraestrutura logística são alguns dos movimentos que tem sido percebido no setor em território nacional (DIA DE CAMPO, 2012).

No setor de máquinas agrícolas, destaque para as opções de financiamento disponibilizadas pelo governo federal. Um exemplo interessante é o Mais Alimento. Embora esteja próximo de uma saturação nos mercados do sul, o programa segue forte e essencial para o desenvolvimento da agricultura familiar no país. Com outras características e perfis de financiamento, o Agência Especial de Financiamento Industrial (Finame) Agrícola, Programa de Sustentação de Investimento (PSI) também tem servido a seu propósito. A lamentar que no caso do PSI ainda não tenhamos um programa perene, o que pode trazer aos agricultores alguma limitação na hora de planejar o crescimento (DIA DE CAMPO, 2012).

O preço das principais commodities também sinaliza um futuro promissor. Com os estoques globais de alimentos em níveis abaixo da média, a América do Sul é vista como uma das grandes fornecedoras destes bens. Some isso à tendência norte-americana da migração para a produção do etanol e reforçamos nossa posição de protagonistas na produção global de grãos (DIA DE CAMPO, 2012).

Outro fator ainda não citado é a excelente oferta de máquinas no mercado. Para grandes e pequenos produtores, a certeza é de que há uma máquina com a configuração ideal para cada demanda. Os avanços tecnológicos dispostos nas últimas décadas garantem ao setor o apoio que precisam para dar um passo à frente. Embora o momento seja favorável, restam ainda a ser encaminhados temas como a carga tributária, o câmbio desnivelado, a infraestrutura logística precária, os problemas de armazenagem, a legislação ambiental, a ausência de uma política de seguro rural que garanta a renda em caso de quebra de safra (DIA DE CAMPO, 2012).

Mesmo assim, o agronegócio brasileiro representa mais de 27% do PIB, 37% dos empregos, 42% das exportações e é o setor que mais incorporou tecnologias nos últimos anos. Imagina, se tudo isso estivesse equacionado. Então, seja com a compra de um novo trator ou a aquisição de uma primeira colheitadeira ou a renovação da frota, o fato é que os principais sinalizadores do momento do agronegócio brasileiro apontam para um futuro promissor (DIA DE CAMPO, 2012).

As Boas Práticas Agropecuárias – Bovinos de Corte (BPA) referem-se a um conjunto de normas e de procedimentos a serem observados pelos produtores rurais, que além de tornar os sistemas de produção mais rentáveis e competitivos, asseguram também a oferta de alimentos seguros, oriundos de sistemas de produção sustentáveis. (EMBRAPA, 2012).

O primeiro Manual de Boas Práticas Agropecuárias Bovinos de Corte foi editado pela Câmara Setorial da Bovinocultura e Bubalino cultura de Mato Grosso do Sul, em fevereiro de 2005, tendo como referência o documento Boas Práticas na Produção de Bovinos de Corte, editado pela Embrapa Gado de Corte em 2002. Participaram da elaboração deste Manual todas as entidades membros desta Câmara Setorial, ligadas à cadeia produtiva da carne bovina e bubalina (EMBRAPA, 2012).

Em 30 de maio de 2005 foi lançado, oficialmente em Mato Grosso do Sul, o Programa de Boas Práticas Agropecuárias Bovinos de Corte pela Embrapa Gado de Corte e a Câmara Setorial, em conjunto com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Secretaria de Estado da Produção e Turismo (Seprotur), Superintendência Federal da Agricultura (SFA/MS), Agência Estadual de Vigilância Sanitária Animal e Vegetal (Iago), Federação de Agricultura e Pecuária (Fama sul), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Governo do Estado de Mato Grosso do Sul e as demais entidades da iniciativa privada que apoiaram o programa (EMBRAPA, 2012).

A primeira edição do Manual de Boas Práticas Agropecuárias Bovinos de Corte, editado pela Embrapa Gado de Corte e pela Câmara Setorial da Bovinocultura e Bubalina cultura de Mato Grosso do Sul, incorporou as sugestões recebidas durante os cursos já realizados, bem como as contribuições do Centro Pan-Americano de Febre Aftosa (Panaftosa-OPAS/OMS) e o Programa Produção de Alimentos Seguros – Campo (PASCampo). Nesta edição, foram incorporadas as sugestões apresentadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Trabalho e Emprego, de modo a garantir a sustentabilidade ambiental e social dos processos produtivos (EMBRAPA, 2012).

Essas sugestões foram encaminhadas para análise e discussão à Comissão Técnica instituída pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), (Portarias N° 384, de 20 de dezembro de 2007 e N° 609, de 18 de agosto de 2009) com a finalidade de propor uma norma técnica de Boas Práticas Agropecuárias para bovinos e bubalinos de corte. As informações contidas no manual visam à melhoria da rentabilidade e da competitividade dos sistemas produtivos mediante a garantia da oferta de alimentos isentos de quaisquer resíduos que possam comprometer a saúde dos consumidores e provenientes de sistemas de produção sustentáveis (EMBRAPA, 2012).

O presidente da Novilho Precoce MS (Associação Sul-mato-grossense do Produtores de Novilho Precoce), Alexandre Scaff Raffi, revela que o custo mensal de uma cabeça de gado em sua propriedade (Fazenda Boa Esperança) foi de R\$ 25 em 2011. Dentro desta conta estão as despesas variáveis, como sal mineral e medicamentos veterinários, e custos fixos, como energia elétrica e funcionários. “Quando se fala em gestão de compras da pecuária, a gente pensa em economizar”. Aí a gente briga por preço de vacina pra aftosa e quer comprar uma de segunda linha para deixa de gastar 20 centavos. Você vai gastar 40 centavos a menos por ano em um animal que custa 1800 reais. O que isso representa?”⁶⁶, indaga o presidente da Novilho Precoce MS (NETO, 2011).

Na tabela 1 mensura-se o custo de produção na Fazenda Boa Esperança:

Tabela 1 - Custo de produção anual da Fazenda Boa Esperança em 2011

Insumos/serviços	Custo de produção anual da Fazenda Boa Esperança em 2011
Funcionários	10,9%
Sal Mineral	6,9%
Produtos Veterinários	4,3%
Diesel	2,8%
Formação de Pasto	1,2%
Boi Magro	Preço médio de R\$ 700,00
Boi Gordo	Remuneração média de R\$ 1.800,00 em 2011

Fonte: Fazenda Boa Esperança/MS.

A mesma linha de raciocínio segue o pesquisador do Centro Paulista de Estudos Agropecuários (CEPEA), Sérgio de Zen. “O pecuarista sempre quer ver a arroba acima de R\$ 100, mas não representa exatamente o melhor pra ele”. De Zen comparou o preço da arroba do boi gordo em 2011 com meados da década de 90. O valor, apesar de representar menos da metade do que é hoje, remunerava melhor o criador (NETO, 2011).

Em palestra realizada durante o evento MS Agro 2011, o pesquisador Sérgio de Zen, do Cepea, afirmou que mão de obra e suplementação mineral foram os custos que mais subiram na pecuária nos últimos anos. Uma das tabelas que ilustrava sua palestra mostrou que o custo da mão de obra subiu 27,55% e que a suplementação mineral cresceu 23,3%. “Sistematicamente o custo de produção da pecuária vem crescendo. De 2009 até 2011, o custo mensal de uma cabeça de gado na minha fazenda passou de R\$ 15, depois pra R\$ 20 e esse ano foi R\$ 25”, informa (RAFFI 2011).

A estrutura da empresa, representada pelos seus ativos físicos, habilidades humanas e competência tecnológica, é resultado de um longo processo de investimentos diversos. Várias oportunidades de investimento surgem ao longo do tempo, e as pessoas pertencentes à administração avaliam e determinam quais devem ser aproveitadas e quais abandonadas. Os administradores são desta forma, os responsáveis pela formação da estrutura da empresa e, conseqüentemente, por um conjunto de características que irão determinar suas potencialidades e fraquezas. O Brasil, como maior exportador de carne bovina do mundo, atinge mercados importantes e estratégicos que exigem alimentos seguros, de qualidade reconhecida e proveniente de sistemas de produção sustentáveis. Para fazer frente a tais requisitos, apresentamos o Programa de Boas Práticas Agropecuárias para Bovinos de Corte (NOGUEIRA, 2009).

Trata-se de uma parceria inédita entre produtores rurais, entidades de representação do setor e órgãos do governo. O sistema consiste em um manual de procedimentos em boas práticas que orienta o produtor rural na utilização adequada das tecnologias sustentáveis disponíveis a cada região produtora, em consonância com os requisitos econômicos, sociais e ambientais que devem ser seguidos, de modo a permitir a habilitação (certificação) das propriedades rurais, dos processos de produção e dos produtos obtidos.

É um programa de adesão voluntária para assegurar ao mercado consumidor que os produtos ofertados atendem aos padrões mínimos de qualidade, além de permitir a rastreabilidade total do processo (NOGUEIRA, 2009).

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), por meio de seus programas, fomenta a implantação de tecnologias que permitam a aplicação de Boas Práticas Agropecuárias (BPA) e o controle efetivo de todo o processo produtivo, visando à obtenção de alimentos seguros (isento de resíduos físicos, químicos e biológicos), com alta qualidade, produzidos em sistemas economicamente rentáveis, socialmente justos e que respeitam o meio ambiente e o bem-estar animal. (PORTOCARRETO, 2011).

Essas ações contribuem para sua inserção no Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI), o qual é um sistema moderno de produção pecuária e agrícola, baseado nas boas práticas agropecuárias (PORTOCARRETO, 2011).

Diante disso, o BPA torna-se a ferramenta de gestão de relevada importância para atender à crescente demanda por alimentos seguros e consolidar o Brasil como grande produtor mundial de carne bovina procedente de sistemas produtivos sustentáveis. É um projeto pioneiro desenvolvido pela Embrapa Gado de Corte e apoiado pelo Mapa, Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Trabalho e Emprego, o que lhe confere reconhecimento oficial (PORTOCARRETO, 2011).

3 MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho foi desenvolvido mediante pesquisa exploratória a partir de literatura específica e informação de profissionais com experiência, atuação e conhecimento da realidade da área de agronegócio.

Utilizaram-se métodos para análise econômica do investimento que varia desde a simples sensibilidade do responsável pela tomada de decisão até a utilização de modelos matemáticos.

Entre o conjunto de instrumentos decisórios, despontam três métodos para avaliação do investimento cujo rigor conceitual redundam em sólidas orientações. Esses são conhecidos como o conceito de valor presente líquido (VPL), e da taxa interna de retorno (TIR) e payback (BATALHA, 2009).

Método Payback consiste essencialmente, em determinar o número de períodos necessários para recuperar o capital investido. Embora simples e de utilização ampla, este método apresenta algumas imperfeições conceituais:

- não considera o conceito fundamental do valor do dinheiro no tempo;
- ignora variações do fluxo de caixa após o período de recuperação do investimento.
- Tem ênfase no curto prazo.

Na tabela 2, exemplo de cálculo do *Payback Simples (PBS)*:

Tabela 2 - Payback - simples

Final do Ano	Fluxo de caixa (Projeto X)	Fluxo de caixa acumulado
0	-20.000	- 20.000
1	10.000	-10.000
2	10.000	0
3	10.000	10.000
4	10.000	20.000
5	10.000	30.000

Fonte: (BATALHA, 2009).

O Método do Valor Presente Líquido consiste em transferir para o instante atual todas as variações de caixa esperadas, descontadas a uma determinada taxa de juros e somá-las algebricamente.

Aprovação do investimento:

VPL > 0 Aprovado

VPL < 0 Reprovado

$$VPL = \sum_{t=0}^n \frac{B_t - C_t}{(1+r)^t} \quad (1)$$

Onde:

B_t = benefício do projeto, em unidades monetárias, no ano t;

C_t = custo do projeto, em unidades monetárias, no ano t;

r = taxa mínima de atratividade;

t = contador de tempo;

n = período de vida útil do investimento.

Método da TIR: É a taxa de juros que torna uma série de recebimentos e desembolsos equivalentes na data presente. Matematicamente é a taxa que torna o valor presente líquido igual à zero.

Aprovação do investimento:

TIR > TMAR Aprovado

TMAR < TMAR Reprovado

É calculada através de expressões complexas:

Planilhas eletrônicas (Excel).

Calculadoras financeiras (HP 12C).

Método iterativo (tentativa e erro).

$$VPL = \sum_{t=0}^n \frac{B_t - C_t}{(1+r)^t} = 0 \quad (2)$$

Onde:

B_t = benefício do projeto, em unidades monetárias, no ano t;

C_t = custo do projeto, em unidades monetárias, no ano t;

r = taxa interna de retorno (TIR);

t = contador de tempo;

n = período de vida útil do investimento.

Igualmente, os cálculos e tabelas a serem apresentados servirão de parâmetros para demonstrar a viabilidade não só da atividade de engorda de boi a pasto, mas a avaliação de custos e investimento no agronegócio na agricultura familiar, onde o produtor possui o maior patrimônio que é a “terra”.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise de investimento que na bovinocultura de corte, cria e cria no sistema a pasto, que a atratividade, viabilidade e retorno do investimento proporcionado são suficientes para que o projeto seja implementado.

Para efetuar os cálculos abaixo, utilizamos valores recentes obtidos junto ao Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada (IPEA), os custos de produção junto ao laticínio Gegê, localizado no município de Pardinho, Fazenda Boa Esperança/MS, entretanto a análise abaixo é apenas uma demonstração da autossuficiência da propriedade rural numa gestão competente e eficaz. Salientamos que todas as atividades da propriedade rural, principalmente na agricultura familiar, quando utilizadas às boas práticas de manejo e planejamento necessário, são notáveis o desempenho e a remuneração da terra eficiente.

A tabela 3 quantifica-se o custeio de dez garrotes por ano e preço de venda no terceiro ano ao preço de R\$ 1.800,00 cada e com a subtração do custeio, o valor total apurado:

Tabela 3- Custos de Produção

DESPESAS	Custo/há/ano	Preço venda
Custeio Pastagens	249	18.000
Sal Mineral	850	
Vacinas	50	
Total	1149	16851

Fontes: IPEA; Laticínio Gegê 2012.

Na tabela 4, o resultado da análise de viabilidade do empreendimento:

Tabela 4-Resultado da Análise				
		Fluxo normal	Fluxo desc.	Fluxo desc. Acumulado
0	-7000	-7.000	-7.000	-7.000
1	-1149	-8.149	-1044	-8.044
2	-1149	-9.298	-1043	-9.086
3	16.851	7.553	15322	6.236
PBS	-0,55	2,55 ANOS		
PBE	-0,593005939	2,59 ANOS		
VPL	3666			
TIR	25%			

Fontes: IPEA; Laticínio Gegê, 2012.

Através das tabelas três e quatro, pode-se concluir que o investimento na propriedade rural hipotética é viável, considerando que o (VPL) apresenta resultado positivo e a (TIR) resultou em taxa maior que a (TMAR), portanto, o retorno do capital para o agricultor é suficiente para implementação do projeto, porém, se utilizadas às boas práticas de produção, conforme manual da Embrapa, com as sugestões abaixo, por exemplo, (BATALHA, 2009):

Acredita-se na lucratividade das atividades agropecuárias e que uma propriedade com diversidade de negócios, mesmo que em pequena escala, pode garantir uma receita que garanta suprir todas as necessidades do produtor, sociais, econômicas, remunerando seu patrimônio de forma eficaz.

Segundo (EMBRAPA, 2012), trata das quatro funções que compõem a administração da propriedade rural: planejamento, organização, direção e controle. Uma gestão adequada exige que todas essas funções sejam exercitadas em um nível mínimo, aplicadas às diversas áreas funcionais da empresa.

- a) Planejamento:
- b) Organização:
- c) Direção:
- d) Controle:

As grandes transformações socioeconômicas, políticas, culturais e tecnológicas ocorrentes em escala mundial aumentaram a complexidade da atividade agropecuária e, por conseguinte, dos processos de tomada de decisão nesse setor.

Esse ambiente passou a exigir habilidades gerenciais que permitam assegurar maior acerto nas decisões e melhor desempenho econômico e financeiro do negócio.

Para que uma fazenda atenda aos requisitos mínimos de gestão, as seguintes ações devem ser desenvolvidas:

a) Planejamento: compreende a definição de objetivos, metas e ações voltadas para sua consecução. No início de cada ano:

- Revisar metas, objetivos e ações propostas para o ano;
- Prever receitas e despesas;
- Programar investimentos e seu cronograma;
- Estabelecer calendários de manejo sanitário, reprodutivo e alimentar.

b) Organização: corresponde ao estabelecimento das relações entre funções, pessoal e fatores físicos.

Nesta diretriz:

- Definir a distribuição dos recursos (físicos, humanos e financeiros) usados na produção;

- Organizar os diversos processos necessários à produção e à administração.

c) Direção: trata de garantir a execução do planejado de forma eficiente:

- Delegar responsabilidades, definindo atribuições e recompensas (estratégias de motivação);

- Dirigir e supervisionar as atividades, emitindo ordens e verificando sua execução;

- Preparar e expor, com clareza e visibilidade, quadros, murais e cronogramas de execução das tarefas relativas ao manejo reprodutivo e sanitário do rebanho e ao manejo das pastagens;

Atender a todas as exigências legais de ordem social, trabalhista, fiscal, sanitária e ambiental:

d) Controle: corresponde ao acompanhamento das atividades, confrontando-as com os planos desenvolvidos e corrigindo as falhas identificadas:

- Registrar e manter atualizadas as fichas zootécnicas (controle do rebanho e controle sanitário);

- Manter o registro de todos os insumos utilizados na propriedade, tais como vacinas, medicamentos, defensivos agrícolas, fertilizantes e suplementos alimentares, anotando data de aquisição, fabricante e validade;

- Registrar as receitas e as despesas (caderno ou planilha eletrônica);

- Consolidar receitas, despesas e resultados para os meses e o ano (EMBRAPA, 2012).

Salienta-se o importante papel desempenhado pelos produtores da agricultura familiar tanto para o agronegócio quanto para sociedade no sentido de amenizar os problemas sociais e econômicos e em ações de melhoria nas atividades do dia-a-dia da propriedade na agricultura familiar adaptando ao manual de orientação supracitado e elaborando-se doze passos para promover a remuneração da terra de forma ímpar, restabelecendo assim, a prosperidade do negócio.

Elaborou-se projeto com doze passos como sugestões simples de mudança comportamental e práticas para melhorias na gestão da propriedade do agricultor familiar:

Passo 1: Romper a distância entre o produtor e a tecnologia existente no mercado financeiro, bem como, a conscientização de que ele sozinho não consegue controlar seu negócio e é impotente perante a velocidade das mudanças que vem ocorrendo no mundo e que precisa de ajuda, e para tanto, os órgãos governamentais, bem como, as universidades podem orientá-lo para que sua propriedade tenha uma remuneração correta;

Passo 2: Que o produtor precisa acreditar que como não pode controlar e considerando sua impotência, pode obter a ajuda necessária para que seu empreendimento lhe proporcione uma vida digna com prosperidade;

Passo 3: Através da decisão de deixar que pessoas especializadas mostrem a ele o caminho para alcançar a eficácia de um programa de mudança total de vida;

Passo 4: Utilizando práticas de limpeza total, proceda-se uma organização total da propriedade, onde se possa organizar de forma planejada, recolhendo-se tudo o que não há utilidade, ou em desuso, limpando a propriedade para que se instale uma cultura de fitossanidade gradual até que se atinja o ápice da organização;

Passo 5: Que ele procure profissionais de órgãos estaduais ou federais, como a Coordenadoria de Assistência Integral (CATI) e de posse desse inventário da propriedade, já com as mudanças implantadas ou em desenvolvimento para que os profissionais o ajudem no planejamento e ações para que sejam minimizado os custos ao máximo e o ajudem a projetar a nova empresa que será constituída, de preferência com uma (Marca), para que os produtos não sejam mais um no mercado e sim referência de qualidade total;

Passo 6: Implementar ações de limpeza da propriedade, voltada para aqueles objetos em desuso e com valor de descarte, por exemplo, ferros pesados, maquinas ou equipamentos que podem ser vendidos como sucata ou mesmo no mercado normal, removendo assim, tudo que há na propriedade que não terá mais utilidade e pode ser convertido em capital;

Passo 7: Se surgirem problemas durante o processo, deverá o produtor procurar ajuda no gerenciamento das tarefas, por menores que pareçam, a ajuda técnica sempre é bem vinda, considerando principalmente que dada à especialidade do produtor e experiência adquirida na vida ou oriunda dos pais, tios, avós, pode ser de grande valia;

Passo 8: Fazer uma relação de todos os bens que foram coletados através do inventário e através do levantamento do balanço, elaborar projeto de utilização para benfeitorias na casa da sede, como pintura, móveis, ou seja, criar um ambiente confortável para a família, ou mesmo adquirir algum implemento para a propriedade;

Passo 9: Procurar novamente os profissionais para que trabalhem as culturas já implantadas na propriedade e verifiquem o planejamento a ser feito para que a terra tenha uma produção com o máximo da capacidade sem que haja investimentos fora da realidade da família;

Passo 10: Continuar sempre ao final de todos os dias inventariando as atividades realizadas, contabilizando custos e receitas, por menores que sejam, e principalmente dar continuidade ao processo de organização, ou seja, (tirou do lugar um objeto qualquer, ele volta para o mesmo lugar após a utilização);

Passo 11: Importante verificar junto aos vizinhos da propriedade se está utilizando boas práticas de produção, ou algo que interfira na sua organização e nova proposta de gerenciamento do negócio;

Passo 12: Os princípios de organização e gerenciamento adquiridos devem ser compartilhados com todos os agricultores da região, para que oportunamente possam ser parceiros na comercialização ou investimentos, ou até na formação de associação ou cooperativa de agricultores familiares.

5 CONCLUSÃO

Acredita-se que o produtor que aderir a este programa de recuperação de sua propriedade, diversificação de produção e continuar buscando informações diariamente junto a todos os canais disponíveis a ele e não perdendo os vínculos conquistados, usufruirá da melhoria da rentabilidade e da competitividade e terá um dos melhores sistemas produtivos mediante a garantia da oferta de alimentos isentos de quaisquer resíduos que possam comprometer a saúde dos consumidores e provenientes de sistemas de produção sustentáveis.

Procedimentos estes que valorizarão sua (Marca) no mercado, deixando de ser apenas mais um produtor rural.

Conforme publicações existentes e em um mundo globalizado onde a informação caminha em alta velocidade, conclui-se que se o produtor familiar não se incluir nos sistemas de informações atuais e as autoridades não tomarem providências urgentes para que isso aconteça, teremos problemas sérios de sustentabilidade na alimentação básica da população mundial devido ao êxodo rural, o crescimento da população e devido aos avanços da ciência e tecnologia houve um aumento considerável na longevidade no mundo.

REFERÊNCIAS

- AGENCIA BRASIL, **BC autoriza bancos a abater do depósito compulsório operações de financiamento rural**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-03-20/bc-autoriza-bancos-abater-do-deposito-compulsorio-operacoes-de-financiamento-rural>> Acesso em: 16 mar. 2012.
- AGUIAR, D. **Agricultura Familiar é Fundamental para Crise dos Alimentos: 07-2008**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/noticias/2008/julho/5a-semana/agricultura-familiar-e-fundamental-para-cri-se-dos-alimentos/?searchterm=agricultura%20familiar>> Acesso em: 16 mar. 2012.
- BARBOSA, F. A. **Confinamento: planejamento e análise econômica: João Pessoa: SBZ, 2006, CD-ROM**. Disponível em: <http://www.agronomia.com.br/conteudo/artigos/artigos_confinamento_analise_economica.htm> Acesso em: 29 mar.2012.
- BATALHA, M.O. ; NOGUEIRA, E. **Gestão Agroindustrial. GEPAI. Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais**. 5. Ed. São Paulo. ATLAS, 2009. p. 223-229.
- BRASIL, **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 8.629 de 25 de Fevereiro de 1993**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8629.htm>. Acesso em: 10 mar. 2012.
- CANUTO, J.C. **Construção do conhecimento agroecológico e recuperação da capacidade de observação**. In: Revista Brasileira de Agroecologia, v.2, n.1, fev. 2007. p. 351-354.
- CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E DA PECUÁRIA DO BRASIL (CNA)** prevê aumento de 5,3% no faturamento do setor agropecuário neste ano. 02, Mai. 2012. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2012/05/02/cna-estima-aumento-de-5-3-no-faturamento-do-setor-agropecuário-neste-ano>>. Acesso em: 18 Mai. 2012.
- COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI). **Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDR Pardinho**. 20 Jan.2010. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/new/cmdr_plano.php?cod_mun=401> Acesso em: 10 mar. 2012.
- DIA DE CAMPO**, ECKERT, C. Diretor Comercial da Massey Ferguson, 08 Maio. 2012. Disponível em <www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id...>. Acesso em: 16 Maio 2012.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Boas Práticas Agropecuárias – Bovinos de Corte**. Disponível em: <<http://bpa.cnpqg.embrapa.br/>>. Acesso em: 29 mar.2012.
- FRANCO, L. **Tendência do Agronegócio Brasileiro para 2011: 11-2011**. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI201112-18282,00-TENDENCIAS+DO+AGRONEGOCIO+BRASILEIRO+PARA.html>>. Acesso em 16 mar. 2012.

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (IEA) **Agricultura familiar: limites do conceito e evolução do crédito**, Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2521>> Acesso em: 26 Nov. 2012.

LOPES, M. A., CARVALHO, F. M. de. **Custo de produção de gado de corte: UFLA, 2002**. 47p (Boletim Agropecuário, 47). Disponível em: <http://www.editora.ufla.br/site/_adm/upload/boletim/bo1_47.pdf> Acesso em: 29 mar.2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2011, Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento>>. Acesso em: 20. Mai. 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA) – **Plano Safra 2012/2013**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/plano-safra/xowiki/abertura>>. Acesso em: 25 Out. 2012.

NETO, J.L.A. (2011). **“Gestão de Compras na Pecuária: Custo de Produção de Gado de Corte”**. Disponível em: <<http://www.ruralcentro.com.br/noticias/51421/gestao-de-compras-na-pecuaria-custo-de-producao-de-gado-de-corte>> Acesso em: 30 Mar. 2012.

NOGUEIRA, E. **“Análise de investimentos.”** In: BATALHA, M. (Coord.). *Gestão agroindustrial*. São Paulo: Atlas, 2009 p. 205.

PORTOCARRETO, M. Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), BPA. **Boas Práticas Agropecuárias**. EMBRAPA, 2011. Apresentação.

PORTUGAL, A.D., **O Desafio da Agricultura Familiar: 07-2004**. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2590963189/>>. Acesso em: 10 mar.2012.

RAFFI, A., **Gestão de Compras na Pecuária: Custo de Produção de Gado de Corte: 12-2011**. Disponível em: <<http://www.ruralcentro.com.br/noticias/51421/gestao-de-compras-na-pecuaria-custo-de-producao-de-gado-de-corte>> Acesso em: 30 mar. 2012.

Botucatu, 03 de Dezembro de 2012.

Mário Aparecido de Moraes leme

De Acordo:

Prof. Ms. Antonio Aparecido Mendes Júnior

Orientador

Prof. Dr. Osmar Delmanto Júnior

Coordenador do Curso de Agronegócios

